



A Boa Educação na escola

perspetivas, práticas e desafios

Atas do Encontro promovido pela

Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação



Título:

A Boa Educação na escola: perspetivas, práticas e desafios. Livro de atas.

Organizadores:

Álvaro Almeida Santos

César Israel Paulo

Isabel Menezes

Luísa Aires

Maria Pacheco Figueiredo

Marta Abelha

Vítor Rocio

Data e local do encontro:

8 a 13 de Janeiro 2024, Online

Editor:

Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação

Tratamento gráfico:

eventQualia

Suporte:

Eletrónico

Data da publicação:

outubro 2024

ISBN: 978-989-95390-6-8



Todo o conteúdo desta publicação, exceto onde esteja identificado, está licenciado sob uma Licença *Creative Commons*.

A expressão escrita e conteúdo dos textos é da exclusiva responsabilidade do/as respetivo/as autores/as.

OS ÍNGREMES DEGRAUS DA PARTICIPAÇÃO INFANTO-JUVENIL NA ESCOLA

Irene Cortesão

Pedro Jesus

Resumo

Este trabalho surge no âmbito de um projeto de inovação educacional que envolve uma rede de oito instituições escolares em Portugal, com oferta educativa da creche ao ensino secundário.

Através de um trabalho colaborativo de investigação-ação, envolvendo adultos, crianças e jovens, procurou-se construir uma escala de níveis de participação das crianças e jovens na escola, que se constituísse como um referencial para a reflexão e a vivência quotidiana da participação, entendida como um direito pedagógico (Bernstein, 2000). Nesse processo estabeleceu-se uma gradação de níveis de participação, um caminho que os centros educativos poderão e deverão fazer no sentido de atingirem um estágio de participação plena das crianças e jovens, não se limitando essa participação, portanto, a aspetos funcionais ou de consulta, mas fazendo parte de um efetivo diálogo interpessoal que promova o desenvolvimento e a emancipação das crianças e jovens/alunos. O trabalho que aqui se apresenta parte da proposta de escala de participação que resultou do processo de investigação realizado e reflete sobre os contributos das crianças e jovens nesse processo. Os dados foram obtidos através de grupos focais e entrevistas breves, através dos quais se procurou captar a perceção dos intervenientes sobre os degraus em que sentem que a sua participação efetivamente se situa, considerando as suas próprias vivências na escola.

Os dados permitem perceber que as crianças e jovens reconhecem a existência de espaços de participação em vários degraus da escala, mas também que essa participação não acontece nos degraus mais elevados e que as oportunidades e a qualidade da participação decrescem à medida que os alunos progredem nos ciclos de escolaridade.

Palavras-chave: Participação das crianças, voz do aluno, investigação participativa

INTRODUÇÃO

No contexto de um projeto de inovação educacional desenvolvido em rede que, desde 2017, envolve nove centros educativos em Portugal, abarcando os diversos ciclos de ensino, da creche ao ensino superior, foram construídos ao longo do tempo materiais de apoio à reflexão e à clarificação sobre o que se entende por participação das crianças e jovens.

Sabendo que participação é um conceito complexo, podendo ter múltiplos significados, por vezes divergentes, olhamos o conceito de participação das crianças e jovens como o poder de influenciar os processos de decisão que envolvem negociação entre adultos e crianças/jovens sobre questões que lhes dizem respeito e sobre o seu desenvolvimento. Trata-se de um processo que evolui com a experiência e a aprendizagem, podendo afirmar-se como um direito pedagógico (Bernstein, 2000), um reforço à valorização pessoal e social das crianças e jovens, fazendo com que estes se sintam parte do processo (Thomas, 2007).

No contexto educativo sabemos que se torna um conceito ainda mais complexo de analisar. Isto porque é conhecido de todos, pois o ato de educar implica participar. Todos os dias os educadores e professores fazem atividades com as crianças e os jovens e estes participam nessas atividades (Jesus & Cortesão, 2021). No entanto, neste projeto procuramos, com os professores/educadores e as crianças/jovens, ressignificar o conceito de participação no espaço educativo. Pretendemos refletir sobre processos e estratégias que se pensam mais adequados aos diferentes contextos dos diferentes centros educativos da rede, assim como sobre o que se pretende conseguir com essa participação, no sentido de os centros educativos se tornarem em espaços em que as crianças e os jovens sejam protagonistas da própria vida e agentes de transformação da realidade¹.

Sendo um processo participado pelos atores envolvidos, foi-se tornando clara a necessidade de se construir um mapa, um roteiro que permitisse uma orientação na direção desejada. Apoiados nas ideias de autores como Hart (1992) Shier, (2001), Fielding, (2012) e Cunha (2018), optou-se por, em

¹ Cf. Perfil dos(as) Alunos(as) dos Centros Educativos das Irmãs Doroteias

rede, construir um referencial que ajudasse a perceber os diferentes graus/degraus que se colocam à participação das crianças e jovens no contexto escolar, o que deu origem a um processo de investigação-ação. Esta metodologia pareceu-nos particularmente promissora no que diz respeito ao contexto e aos objetivos do projeto de inovação. Isto por se tratar, de acordo com Caetano (2019), de uma forma de investigação autorreflexiva, desenvolvida pelos participantes, uma metodologia participativa, colaborativa, sistemática, política, crítica e orientada para a mudança, um exercício de autonomia coletiva, onde todos os participantes são chamados a assumir a responsabilidade pelas decisões e atos realizados em prol da comunidade, na construção de um horizonte partilhado. Na formação de professores, a investigação-ação constitui-se como uma prática reflexiva, que permite incorporar a teoria na prática e centrar-se sobre problemas com que os professores se deparam (Flores, & Silva, 2019).

É sobre o processo de investigação-ação realizado, que conduziu à elaboração do referencial “Degraus de Participação” (Cortesão & Jesus, 2023), e em particular sobre os contributos das crianças e jovens nesse processo, que refletiremos em seguida.

METODOLOGIA E RESULTADOS

Neste processo de investigação ação, educadores, professores, crianças e jovens estiveram, ao longo do ano letivo 2021/2022 a estudar e refletir em conjunto sobre posições e conceitos teóricos, articulando-os com as diversas práticas e realidades dos diferentes centros educativos da rede. Deste processo surgiu o modelo que a seguir se apresenta. Esse modelo foi construído a partir das reflexões feitas com os adultos envolvidos. Trata-se de uma proposta baseada em 6 níveis de participação, organizados em 4 categorias: A) Participação Condicionada; B) Participação Consultiva; C) Participação Colaborativa; e D) Participação Codecisora, Democrática.

Neste artigo procuramos refletir sobre as perceções das crianças relativamente ao grau/degrau em que situam a sua participação efetiva na escala proposta. Através de grupos focais (14 grupos focais: 6 com crianças do Jardim-de-Infância, 3 com crianças do 1º Ciclo, 2 com crianças do 2º ciclo e 3 com crianças do 3º ciclo) e 4 entrevistas breves realizadas com alunos do secundário, pediu-se que dessem exemplos de situações vividas nas suas instituições educativas que permitissem ilustrar cada grau/degrau de participação. Os discursos das crianças/jovens (analisados através de uma análise de conteúdo) permitiram recolher exemplos de concretizações de formas de participação/níveis de interação existentes nos oito centros educativos, que se organizaram em três âmbitos – à semelhança da categorização adotada por Fielding (2012) –, i) a sala (ou ambiente de aprendizagem), ii) o trabalho das equipas educativas e iii) o contexto alargado do centro educativo. Da recolha de dados efetuada, escolheram-se alguns exemplos de concretizações que nos pareceram ser mais ilustrativos e que no Quadro 1 aparecem a cor azul. Da leitura do quadro é possível perceber que existem concretizações de participação que apontam sobretudo para os níveis de participação condicionada, consultiva e mesmo colaborativa, existindo apenas uns poucos exemplos de participação codecisora e democrática, mas apenas no degrau 5.

| Degrau/Compromisso | Na sala (ambiente de aprendizagem) | Nas equipas educativas* | No centro educativo |
|---|--|---|--|
| Participação Codecisora, Democrática | | | |
| 6. Partilha de responsabilidades e tomadas de decisão entre adultos e crianças/jovens (formulação alternativa - aprendizagem intergeracional) | Coplanificação e coleccionação de conteúdos curriculares | Inclusão de crianças/jovens como observadores e como intervenientes no trabalho das equipas educativas, o que pode passar por: - envolvimento das crianças/jovens na comunicação de projetos interdisciplinares e dos seus resultados; | Participação na elaboração de regulamentos que afetam a vida das crianças/jovens no centro educativo (regulamentos disciplinares; regulamentos de utilização de equipamentos tecnológicos na escola; uniformes...) |
| | Autoavaliação e coavaliação das aprendizagens (participação efetiva nos processos de avaliação) | - desenvolvimento conjunto (com os adultos) de projetos de investigação-ação sobre problemáticas que afetam ou interessam à escola (aprendizagem de uma disciplina, por exemplo). | Participação no processo de elaboração de horários letivos |
| | Gestão cooperada do currículo (percentagem de aprendizagens, de estratégias e de formas de avaliação propostas pelas crianças/jovens) | | Preparação e participação em reuniões com encarregados de educação sobre os próprios alunos (individuais ou de grupos) Participação em órgãos de gestão pedagógica (exemplo: conselho pedagógico) |
| 5. Envolvimento/implicação das crianças/jovens em processos de tomada de decisão | Definição de planos individuais de trabalho (JI) | Coplanificação entre docentes e alunos de uma sequência didática ou de um projeto pedagógico da Escola | Envolvimento/implicação das crianças/jovens na concretização/implementação das decisões tomadas, através da participação em equipas de trabalho com adultos (JI) |
| | Assembleias de sala ou de escola para a tomada de decisão sobre a disposição dos espaços e/ou a aquisição de materiais para a sala (JI) | | |
| Participação Colaborativa | | | |
| 4. Apoio/Incentivo às crianças/jovens a expressarem-se e a levarem os seus interesses mais longe, de forma regular e sistemática | Gestão cooperada do currículo concretizada através de: - escolha de projetos a desenvolver realizada em assembleias de turma/sala (JI+1C); - escolha do produto final dos projetos desenvolvidos (1C). | Participação de representantes de crianças/jovens em reuniões das equipas educativas (JI) | Mentoria à Associação de Estudantes numa perspectiva de apoio regular e empoderamento das crianças/jovens na concretização das suas iniciativas (S) |
| Participação Consultiva | | | |
| 3. Crianças/jovens são desafiados pelos adultos a partilharem as suas opiniões de forma regular e sistemática – também os mais invisíveis e tímidos | Realização de assembleias de sala para recolha de opiniões sobre diversos assuntos relativos à sala (JI+1C) | A equipa reflete conjuntamente sobre pontos de vista/avaliações dos alunos | Realização de assembleias de turma ou de ano regulares com propostas por escrito dirigidas aos órgãos de decisão da escola com vista à respetiva deliberação (1C+S) |
| 2. Crianças/Jovens são cuidadosa e ativamente observados/escutados pelos adultos, processos a partir dos quais os adultos ampliam os interesses/opiniões das crianças/jovens | Diálogo sobre problemas identificados pelas crianças/jovens, como sobreposição ou sobrecarga do calendário de testes, numa perspectiva de apoio à respetiva resolução (S) | As equipas educativas interessam-se por conhecer as opiniões e interesses dos alunos, e estimulam as crianças/jovens, por vários meios, a darem-nos a conhecer, incorporando a informação resultante na reflexão profissional | Diálogo sobre situações que afetam as crianças/jovens e o seu bem-estar, numa perspectiva de acompanhamento e apoio à respetiva resolução (S) |
| Participação Condicionada | | | |
| 1. Crianças/jovens são escutados, não participam nas tomadas de decisão nem são informados dos processos resultantes dessa recolha, mas o resultado da escuta é tido em conta nas decisões tomadas | A planificação das aulas tem em conta a avaliação diagnóstica realizada pelos professores | A reflexão das equipas educativas tem em conta dados das perceções dos alunos sobre atividades letivas | Inquéritos sobre a atitude dos alunos ou o seu bem-estar são levados a cabo (JI+1C+2C+S) |

* Equipas docentes, Departamentos disciplinares, etc.

Quadro 1. Níveis de interação/parceria [exemplos de concretizações]

Os discursos das crianças/jovens revelam exemplos de participação condicionada, quando afirmam, por exemplo:

M 10² – “... *Depende. Quando são medidas que não envolvem mudanças grandes e drásticas, normalmente, são ouvidas. Caso contrário, já é mais complicado*” (ambiente de aprendizagem);

F 6^o – “*Nós no ano passado fizemos algumas sugestões para melhorar o recreio, fizemos votações e depois esperava voltar para o 6^o ano com modelos realizados e nada... fiquei triste*” (centro educativo).

Também se encontram claros exemplos de participação consultiva, quando afirmam:

F 12^o – “*Por exemplo, quando achamos que há uma semana do nosso calendário de testes, que esteja muito preenchida, ou que não estamos confortáveis com a disposição dos testes, abordamos este assunto com a diretora de turma e tentamos arranjar uma solução*” (ambiente de aprendizagem).

No que diz respeito a uma participação colaborativa temos exemplos de afirmações como:

F 5 anos³ – “*Esta fotografia é uma reunião das educadoras com meninos da nossa sala. Era a reunião do Dia da Criança, era para escolhermos as atividades do Dia da Criança*” (equipas educativas).

Como exemplos de participação codeterminadora, as crianças/jovens dizem:

M 4 anos – “*(Diário de grupo): nós pegamos numa caneta e vamos lá desenhar e depois a nossa educadora ou auxiliar, quem estiver, escreve o que é que nós gostamos, o que é que nós sabemos, o que é que nós fizemos. E somos nós que escolhemos o que é que queremos que vá para o papel*” (ambiente de aprendizagem);

F 5 anos – “*(Quando há decisões importantes na vossa escola quem é que toma decisões?) Nós! Porque é muito importante nós termos as opiniões, nós temos que dizer e nós conseguimos partilhar com todas as nossas ideias!*” (centro educativo).

REFLEXÕES FINAIS

Defendendo a participação das crianças/jovens na Escola como um direito pedagógico (Bernstein, 2000), através do qual elas têm possibilidade de influenciar os processos de decisão, negociados entre adultos e crianças/jovens, sobre questões que lhes dizem respeito, um processo que evolui com a experiência e a aprendizagem e que faz com que se sintam parte do processo (Thomas, 2007), parece-nos fundamental refletir sobre os dados recolhidos. Isto porque os dados mostram que, se a participação evolui com a experiência e a aprendizagem, também é claramente condicionada pela forma como os adultos concebem os espaços de participação das crianças/jovens nos diferentes ciclos de ensino. Os dados recolhidos mostram que, à medida que os ciclos de estudo avançam, torna-se mais difícil participar, pois as concretizações nos degraus mais elevados (4 e 5) são oriundas sobretudo do jardim de infância, enquanto que no último nível da escala proposta (6) não se conseguiram recolher exemplos de concretizações. O jardim de infância parece ser um espaço em que se concebe como mais possível e desejável a existência de processos de codeterminação entre adultos e crianças, quer no que diz respeito à gestão de aprendizagens, quer à gestão dos centros educativos. Nos ciclos seguintes, as crianças/jovens vão perdendo espaços de participação, vão sendo vistos como menos “competentes”, isto é, “a ordem social dos adultos (...) é redutora das competências dos mais novos neste âmbito” (Sarmiento, Fernandes & Tomás, 2007, p. 191), fazendo com que as próprias crianças/jovens, de facto, não se reconheçam como capazes de se tornarem parceiros dos adultos nos processos de decisão sobre questões que lhes dizem respeito, afirmando, por exemplo:

M 9^o – “*Eu acho que os alunos não deveriam impor, mas sim propor e depois aí a Direção ou os Órgãos superiores deveriam analisar a proposta do aluno e depois decidirem*”.

A análise destes dados reforça a ideia de que a participação das crianças e jovens na educação escolar não é um campo fácil de intervenção ou, dito de outro modo, que os “degraus” de participação não são fáceis de subir. São processos que, porque implicam uma mudança clara e profunda na

² M 10^o – Masculino, 10^o ano

³ F 5 anos – Feminino, sala dos 5 anos

forma de funcionar quer das escolas, quer dos adultos, quer das crianças, exigem tempo, cuidado e comprometimento permanente de todos os agentes educativos implicados, numa perspetiva de procura da emancipação das crianças e jovens e da construção de comunidades mais justas e solidárias.

REFERÊNCIAS

Bernstein, B. (2000). *Pedagogy, Symbolic Control and Identity*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers.

Caetano, A. (2019). Ética na investigação-ação: Alguns apontamentos de reflexão. *EstreiaDiálogos*, 4(1), 53-73.

Cortesão, I., & Jesus, P. (2023). *Degraus de Participação: Centros Educativos das Irmãs Doroteias*. Porto: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.

Cunha, M. B. D. (2018). Dinâmicas de participação das crianças: o orçamento participativo das escolas: estudo de caso (Master dissertation), Universidade do Minho, Braga.

Fielding, M. (2012). Beyond student voice: Patterns of partnership and the demands of deep democracy. *Revista de Educación*, 359, 45-65.

Flores, M. A., & Silva, A. M. C. (2019). Investigação-ação: reflexão, ação e transformação. *EstreiaDiálogos*, 4(1), 9-13.

Hart, R. A. (1992). *Children's participation: From tokenism to citizenship*. Florence: UNICEF.

Jesus, P., & Cortesão, I. (2021). Inovação pedagógica nos centros educativos das Irmãs Doroteias: a participação das crianças. *Saber & Educar*, (30), 1-11.

Sarmiento, M. J., Fernandes, N., & Tomás, C. (2007). Políticas Públicas e Participação Infantil. *Educação, Sociedade & Culturas*, 25, 183-206.

Shier, H. (2001). Pathways to participation: Openings, opportunities, and obligations. *Children & Society*, 15(2), 107-117.

Thomas, N. (2007). Towards a theory of children's participation. *International Journal of Children's Rights*, 15, 199-218.